



Cafeteira: insucesso



Waldir: deslealdade



Miguel Arraes: confiança



Geraldo Melo: respeito

PMDB se preocupa com modelo econômico

Prefeitos vão ocupar Brasília

Das três subcomissões temáticas da Comissão da Ordem Econômica, a de Princípios Gerais, cujo anteprojeto do relator, deputado Virgildásio de Senna, foi rejeitado por completo, está preocupando mais seriamente a cúpula do PMDB, e também de outros partidos como o PDT, PT e os comunistas do PC e PC do B.

Na opinião de alguns deputados peemedebistas, a culpa pelo resultado obtido naquela subcomissão é exclusivamente do líder da Constituinte, senador Mário Covas. Alegam que houve um "cochilo" do partido, pois sabia-se que os constituintes da direita tenderiam a concentrar suas forças nos princípios gerais onde os interesses econômicos são inúmeros.

Na defesa de Covas, alguns peemedebistas jogam a responsabilidade em cima do relator, Virgildásio de Senna. Argumentam que lhe faltou jogo de cintura para articular e negociar, artigo por artigo, com os políticos do PL, PFL e do PDS, além dos oito representantes do PMDB que votaram "em marcha batida" com a ala dos "anties-tatizantes".

O relator da Subcomissão de Princípios Gerais admitiu, em entrevista ao CORREIO BRAZILIENSE, que seu anteprojeto foi escrito sem

negociação prévia com o grupo que representa a livre iniciativa. "Não tenho muito trânsito junto a eles". No entanto, sustentou que seu parecer não visava contrariar interesses da livre iniciativa. "O que propus era que a sociedade decidisse o que é melhor para ela, com liberdade", acrescentou o parlamentar. Ele contestou também a mudança que, em sua opinião é absurda, do conceito da fundamentação da ordem econômica. Disse que a ordem econômica, em qualquer país do mundo, fundamenta-se no trabalho e não na iniciativa privada como foi proposto. Ressaltou que os brasileiros não têm o mesmo acesso ao mercado para poderem deslanchar seus empreendimentos. "Não falta iniciativa às pessoas, e sim condições de trabalho".

Virgildásio de Senna discordou ainda dos argumentos do grupo dos priva artigo do meu anteprojeto, fechel o acesso do capital estrangeiro aos investimentos brasileiros. Na visão do relator, sua preocupação foi dar um arcabouço jurídico de proteção à empresa genuinamente nacional que, na "quebra de braço" com as empresas estrangeiras, tende a sair derrotada.

O deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), um dos mais atuantes na Subcomissão

de Princípios Gerais e que liderou o movimento de protestos do grupo da esquerda, está convencido de que o resultado da votação na subcomissão não é um fato isolado. "Faz parte de um movimento de empresários que estão se articulando fora da Assembléia Nacional Constituinte". O parlamentar carioca acredita que o fortalecimento da livre iniciativa, constatado no projeto aprovado, vai ao encontro dos objetivos do programa de privatização já iniciado pelo Governo Federal.

Ele fez um alerta, por exemplo, para o caso da Acesita, da qual o Banco do Brasil é acionário. Disse que de acordo com a cotação das ações dessa empresa na Bolsa de Valores, o controle acionário pode ser adquirido por uma quantia aproximada de 17 milhões de dólares. "A Acesita, lembrou o parlamentar, vale cerca de 1 bilhão de dólares e é a única indústria de aço inox do País".

Na próxima quinta-feira, dia 4, o relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP) apresentará um parecer preliminar para ser discutido pelos 63 membros titulares. Otimista, ele acredita na possibilidade de aproximar algumas posições radicais, desde que haja concessão de parte a parte.

O presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Arnaldo Coneglian, disse ontem que, "a partir dessa semana, municipalistas de todo o País se deslocarão para Brasília com o objetivo de pressionar os constituintes a incluir na futura Constituição uma reforma tributária que redistribua os recursos para os estados e municípios, eliminando a concentração atual pela União".

Ele disse que o movimento terá a coordenação da Frente Municipalista Nacional, presidida pelo governador paulista Orestes Quéricia, e da bancada municipalista no Congresso, coordenada pelo deputado Vasco Alves (PMDB-ES). "Concluímos que se não houver mobilização, a reforma tributária não virá, como estamos nos relatórios das subcomissões", disse Coneglian. Para ele, "até mesmo o presidente José Sarney reconhece a necessidade de reforma, mas a maioria dos constituintes não está devidamente conscientizada".

O presidente da entidade paranaense afirmou também que "além da questão tributária, vamos lutar ainda pela efetiva autonomia municipal".

Zannetti tenta abrir negociações

Porto Alegre — A greve do magistério gaúcho completa hoje 53 dias sem qualquer indicação concreta para a solução do impasse. Mas a tentativa em busca da reabertura das negociações continuam. Além dos Círculos de Pais e Mestres, que esta semana entregam documentos ao governador pedindo o atendimento das reivindicações do magistério, também o deputado, constituinte Hermes Zannetti tem buscado, em reuniões com Pedro Simon, uma forma de recomear o diálogo, e ontem afirmou que continua confiante numa solução.

Depois de uma longa reunião com Simon anteontem, Zanetti explicou que agora é preciso buscar um critério que permita a atualização dos salários dos professores.

Collor cria órgão para agricultura

Maceió — Com a finalidade de integrar os órgãos executivos do Estado na política de assistência ao homem do campo, especialmente o pequeno e médio agricultor, o governador de Alagoas, Fernando Collor (PMDB) acaba de criar a Comissão de Desenvolvimento Agrícola — CDA.

Além de representante da Fetag — Federação dos Trabalhadores na Agricultura, fazem parte da CDA como membro efetivo, os secretários da Agricultura, Educação, Saúde, Planejamento, Fazenda, Trabalho, Transportes, Saneamento e Energia e os representantes do Banco do Estado, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Além de definir política para a implantação de programas de desenvolvimento do setor agrícola, a CDA vai integrar todos os órgãos governamentais junto à comunidade de agricultura.

Extinção do STF: o caos

NATALICIO DOS SANTOS
Especial para o CORREIO

Bem próximo de completar 160 anos de sua fundação, o Supremo Tribunal Federal vive — em tempo de Constituinte — um dos momentos considerados mais delicados de sua história. Está sofrendo a ameaça de extinção para dar o seu lugar a um novo Tribunal Constitucional, o que significaria limitar a sua competência com a perda de espaço que sempre teve, do Tribunal da Federação. Previsão: Seria o caos na Justiça substituir o STF na nova Constituição.

Esta ameaça ao mecanismo constitucional do STF vai permanecer até o fim do processo constituinte. E só se confirmaria ou desapareceria com a promulgação da nova Constituição. O debate já iniciado tem revelado que os argumentos mais consistentes são dos que apoiados em experiência e nos estudos do próprio STF, julgam "injustificável" sua transformação em Corte Constitucional exclusiva, "sem competência para o exame de outras relevantes questões do direito federal".

Quando o STF recusa a idéia de ser apenas Tribunal Constitucional é porque ele já vem atuando assim. Mesmo a nova alternativa da criação, dentro do STF, de uma "Seção Constitucional" seria igualmente "injustificável" e sem justificável já existe na sua Secretaria, funcionando satisfat-

toriamente esta seção.

Para a quase totalidade de advogados militantes no STF e nos demais Tribunais Superiores sediados em Brasília, caso venha prosperar a tese de Seção ou Corte Constitucional, isso vai representar um acidente de percurso capaz de criar o caos no funcionamento, até agora satisfatório do STF. E levaria muito tempo para a máquina judiciária, já marcada por outros acidentes, voltar aos trilhos da sua histórica estrada.

A transformação pretendida por alguns constituintes, ainda sem vivência no dia-a-dia do STF, não foi suficientemente justificada. E dificilmente seria porque ao ampliar a atual composição de 11 para 19 ministros, ficando nove para a Seção Constitucional não pode escorar tal iniciativa em dados estatísticos. Esqueceram de verificar que entre os 20 mil processos que os 11 ministros do STF julgam anualmente, apenas uns 50 ou 60 tratam de matéria constitucional. Seja Tribunal ou Seção Constitucional. Qualquer que seja já nascerá esvaziado, mas com poder de complicar tudo.

Além do tamanho do mandato do chefe do Poder Executivo, essa questão de transformar apenas pelo desejo de transformar, o STF já vai se tornando um dos temas

mais polêmicos na marcha dos trabalhos da Constituinte. Os polemistas estão na mesma árida Praça dos Três Poderes, onde enquanto dura a polêmica será Praça dos 4 Poderes, com a inclusão temporária do Poder Constituinte.

Dos quatro poderes que estão na Praça, o Judiciário representado pelo STF é o que tem dado até agora o melhor exemplo de garantia e respeito ao livre e soberano exercício dos constituintes. Embora contrariado em seu pensamento pelos constituintes, o STF através da cautelosa postura de seus atuais ministros vem percebendo a ameaça de sua extinção ou transformação. Mas permanece, não se sabendo até quando, com a consciência da sua destinação histórica de guardião da Constituição e dos direitos e garantias individuais dos cidadãos.

Pela sua atuação em Brasília, o STF deixou de ser um desconhecido, embora muitas vezes ainda incompreendido. Ao contrário dos representantes dos outros poderes, os ministros do STF não são do tipo de dar repetidas entrevistas à imprensa. Apenas num ponto estão em igualdade com os demais representantes dos outros poderes: suas opiniões são também as mais públicas, mas no momento em que virão um julgamento ou decisão definitiva.